



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

em 13 de fevereiro de 2025

Mensagem nº 09/25
Proc. nº 3056/2025-13

Senhor Presidente

Trata-se de Projeto de Lei Complementar que visa a alteração da Lei Complementar nº 748, de 07.03.14 e suas alterações, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Segurança Pública, e cria a Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, nos termos que especifica.

Considerando: o término da vigência do Convênio GSSP/ATP-067/2020 – Atividade delegada, em 01/05/2025; Ofício nº 39BPMI de 17/01/25; a necessidade de atualização no valor da UFESP; a existência de dotação orçamentária anteriormente prevista e considerando a necessidade da adequação do valor pago pelo Município em relação ao praticado pelas demais cidades da região, encaminhamos a propositura anexa para apreciação por essa Casa Legislativa.

Ao ensejo, renovamos a V.Exa. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Câmara Municipal de São Vicente
Gabinete da Presidência

Recebido por: KARIN

Em: 13 / 02 / 25 às 14h

KAYO AMADO
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Vereador Wagner Santos Pinheiro

DD. Presidente da Câmara Municipal
São Vicente - SP

Mensagem nº 09/25

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 748, de 07.03.14, alterada pelas Leis Complementares nºs 767, de 24.10.14, 779, de 19.12.14, 909, de 17.10.18 e 916, de 14.12.2018, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, por meio da Secretária de Segurança Pública, e cria a Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, nos termos que especifica.

Proc. nº 3056/2025-13

Art. 1º Passam a vigorar com a seguinte redação os seguintes dispositivos do art. 2º da Lei Complementar nº 748, de 07 de março de

2014, e alterações:

Art. 2º, § 1º, inciso I e II, mantido o §2º:

"§ 1º O valor mensal da Gratificação por Atividade Municipal Delegada é fixado considerando o número de horas despendidas pelo servidor estadual no exercício exclusivo da atividade delegada."

I - Ao Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente e 2º Tenente e Aspirante Oficial o valor de 1,5 (uma vírgula cinco) UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo) por hora trabalhada;

II - Ao Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado o valor de 1,3 (uma vírgula três) UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo) por hora trabalhada."

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor nesta data gerando efeitos a partir de 01/05/2025.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

* * *



Documento assinado eletronicamente por **Kayo Felype Nachtajler Amado, Prefeito Municipal**, em 13/02/2025, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/baixadasantista/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0727088** e o código CRC **D221BABA**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Gabinete da Secretaria da Fazenda

DESPACHO

Nº do Processo: 3551009.401.00003056/2025-13

Interessado: Gabinete da Secretaria de Defesa e Organização Social

Assunto: ATIVIDADE DELEGADA - ALTERAÇÃO LEI COMPLEMENTAR 748/14 e 916/18

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Informo, nos termos da legislação vigente, em especial, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), que o projeto em análise não terá impacto orçamentário-financeiro para o município de São Vicente, considerando que não altera ou cria nenhuma despesa de caráter continuado ou renúncia de receita com sua promulgação.

Por todo o exposto, conclui-se que o município não terá as metas afetadas pelo estudo em questão e tem autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para essa ação.

ELISÂNGELA PEREIRA DOMINGUES

Secretária Municipal da Fazenda

São Vicente, na data da assinatura digital.



Documento assinado eletronicamente por **Elisangela Pereira Domingues, Secretário Municipal**, em 04/02/2025, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/baixadasantista/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0705970** e o código CRC **0487ABC0**.

Referência: Processo nº 3551009.401.00003056/2025-

13

SEI nº 0705970